

Cadernetas agroecológicas: educação popular e resistências frente a ameaças minerárias em territórios quilombolas¹

Ivana Cristina Lovo², Aline Faé Stocco³

Resumo

Este texto apresenta a proposta elaborada pelos Programas de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGer) e Programas de Pós-graduação em Ciências Humanas (PPGCH), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), para a edição especial da Revista de Educação Popular vinculada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Ao considerar concepções críticas sobre a economia capitalista hegemônica, o artigo partilha experiência com as cadernetas agroecológicas em municípios localizados na porção meridional da Cordilheira do Espinhaço, enquanto um exercício contra-hegemônico que prioriza a vida e sua interdependência. Desse modo, corroboramos com as reflexões sobre o uso das cadernetas no Brasil, que as entendem como instrumentos pedagógicos, que articulam os princípios da educação popular e feminista, ao fomentar conscientizações a partir de processos de construção coletiva de conhecimentos, da crítica sobre a lógica patriarcal, capitalista e supremacista branca da sociedade. Por fim, as cadernetas agroecológicas revelam o papel que as mulheres cumprem na esfera da reprodução social, atuando diretamente na rede complexa de cuidados e de sustentabilidade da vida.

Palavras-chave

Cadernetas agroecológicas. Defesa do território. Economia da vida.

¹ Há versões publicadas deste texto contendo resultados das cadernetas (Gomes; Lovo; Murta, 2023; Gomes; Lovo; Stocco, 2025), apresentadas no 10º e 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizados, respectivamente, nos anos 2023 e 2025. Os anais do 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais, publicado em 8/9/2023, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), estão disponíveis em: <https://doity.com.br/anais/10-encontro-da-rede-de-estudos-rurais>. Acesso em: 16 mar. 2026. Enquanto isso, os anais do 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais, publicado em 16/10/2025, pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), estão disponíveis em: <https://doity.com.br/anais/11-encontro-da-rede-de-estudos-rurais>. Acesso em: 16 mar. 2026.

² Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ivana.lovo@ufvjm.edu.br.

³ Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. E-mail: aline.stocco@ufvjm.edu.br.

Agroecological notebooks: popular education and resistance in the face of mining threats in Quilombola territories

Ivana Cristina Lovo², Aline Faé Stocco³

Abstract

The text presents the proposal developed by the Postgraduate Programs in Rural Studies (PPGer) and Human Sciences (PPGCH) at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM) for the special issue of the *Revista de Educação Popular* linked to the Federal University of Uberlândia (UFU). Considering critical conceptions of the hegemonic capitalist economy, the article shares experiences with agroecological notebooks in municipalities located in the southern portion of the Espinhaço Mountain Range, as a counter-hegemonic exercise that prioritizes life and its interdependence. In doing so, we corroborate reflections on the use of these notebooks in Brazil, which understand them as pedagogical tools that articulates the principles of popular and feminist education by fostering processes of conscientization grounded in collective knowledge construction and in the critique of the patriarchal, capitalist, and white supremacist logic of society. Finally, agroecological notebooks revealed the role women play in the sphere of social reproduction, acting directly within the complex network of care and life sustainability.

Keywords

Ecological notebooks. Defense of the territory. Economy of life.

² PhD in Humanities, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; postdoctoral in Education, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, State of Minas Gerais, Brazil. Email: ivana.lovo@ufvjm.edu.br.

³ PhD in Social Policy, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; professor at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, State of Minas Gerais, Brazil. Email: aline.stocco@ufvjm.edu.br.

Introdução

Esta edição especial da Revista de Educação Popular – Saberes insurgentes e práticas populares diante da crise climática e do colapso civilizatório – é fruto da proposta compartilhada pelos Programas de Pós-graduação em Estudos Rurais (PPGer) e Programas de Pós-graduação em Ciências Humanas (PPGCH), ambos ancorados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A inspiração pela iniciativa surgiu da necessidade de contribuir com a reflexão sobre a transição energética e a crise e colapso climático. Essa temática é debatida, majoritariamente, a partir de modelos técnico-científicos, institucionais e empresariais que reforçam a lógica produtivista e desenvolvimentista da civilização moderno-ocidental-urbano-capitalista, que assume a perspectiva hegemônica de economia e considera como parte desse espaço apenas atividades que geram recursos monetários, ou seja, as que têm relação com o mercado e, para tanto, objetiva transformar tudo em mercadoria.

A partir de perspectivas contra-hegemônicas, que criticam a lógica androcêntrica de acumulação e apresentam a lógica ecológica do cuidado, como nos apresenta Orozco (2012), a perspectiva da economia feminista nos provoca a fazer análises socioeconômicas da sociedade a partir da vida, trocando o foco dado aos mercados e a crença cega às tecnologias, para focar a vida e sua interdependência. Essa mudança de foco reconhece que todos os sujeitos são agentes ativos e estão inseridos em uma rede complexa de cuidados e de sustentabilidade da vida.

Nesse horizonte, Hillenkamp (2021) realiza uma análise sobre concepções críticas da economia, enfatizando as interdependências e as ecodependências e indicando que autores críticos não somente ampliaram a análise da economia para suas interações com as esferas sociais, políticas e da relação com o meio ambiente, como também contestaram a concepção liberal da liberdade por ausência de obrigação, ou seja, de dependência. A autora aponta para a necessidade de “[u]ma concepção plural da economia, atenta ao trabalho não remunerado e às inter e ecodependências” (Hillenkamp, 2021, p. 60), indicando que, em uma transição social e ecológica, faz-se necessário combinar o critério de emancipação com o de sustentabilidade, considerando a materialidade e os limites dos seres vivos – humanos e não humanos – e do conjunto dos fluxos bio-físico-químicos que compõem a biosfera. Para ela, a ética e o trabalho de cuidado estão na encruzilhada das dimensões da emancipação e da sustentabilidade, a partir das quais a transição ecológica e social precisa acontecer: “considero que o trabalho de cuidado

constitui a expressão concreta das inter e codependências que nascem da materialidade e da vulnerabilidade dos seres vivos” (Hillenkamp, 2021, p. 64).

Para propor esta edição especial, partimos do entendimento de que, dos povos dos campos, das águas e das florestas às periferias urbanas, múltiplas experiências coletivas têm sido construídas a partir de outras racionalidades e formas de habitar o planeta. Logo, foram feitas duas perguntas para fomentar a partilha de experiências e reflexões: “1) O que os povos e as comunidades tradicionais, dos campos, das águas, das florestas e das cidades, têm a dizer sobre a transição energética e a mudança climática?”; “2) O que se tem feito e refletido sobre a crise dessa civilização moderno-ocidental-capitalista?”. Possivelmente, algumas das respostas estão refletidas nos textos apresentados e publicados nesta edição. De qualquer modo, pretendemos, com este texto, contribuir também para esse diálogo ao apresentar uma experiência de trabalho com mulheres, desenvolvida no âmbito da extensão articulada à pesquisa universitária, cujos resultados ressaltam a educação popular como estratégia para trilhar caminhos conscientizadores que transitam por uma economia não hegemônica.

Inicialmente, partimos da premissa de que trilhar caminhos para a transição social e ecológica, que integre emancipação e sustentabilidade, pressupõe processos de conscientização que articulem formação, extensão e pesquisa, tendo como fundamento a educação como prática da liberdade. Portanto, exemplificam-se processos emancipatórios e humanizadores, como os protagonizados por Elza e Paulo Freire⁴, sistematizados pelo autor nas obras *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2014) e *Pedagogia da esperança* (Freire, 2011), entre outras. Nessa construção da educação como uma ação libertadora, os pressupostos freireanos⁵ se entrelaçam aos da pedagogia engajada e feminista, indicados por bell hooks (2017; 2020). A autora reforça que o “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2020, p. 13). Portanto, não se trata de um movimento de mulheres contra os homens, mas de um lembrete de que todos nós (homens e mulheres) somos socializados para aceitar pensamentos e ações sexistas durante nossa existência, reconhecendo que vivemos em um sistema patriarcal, racista e capitalista.

⁴ Ao citar Elza e Paulo Freire, temos a intenção de reconhecer o papel que Elza teve na construção dos pressupostos freireanos para uma educação popular. Ela foi professora, pedagoga, companheira e esposa de Paulo Freire, acompanhando-o no delinear da educação como prática da liberdade, como nos demonstra Nima Spigolon (2022) ao propor a pedagogia da convivência a partir de suas pesquisas, disponíveis no livro *Elza: Elza Freire e Paulo Freire – por uma pedagogia da convivência* e em sua dissertação de mestrado (Spigolon, 2009), disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/9b030e66-c6cd-4450-973f-f47a550195f0>, acesso em: 16 mar. 2026. Ademais, Paulo Freire reconhece o papel de Elza Freire ao expressar seu agradecimento a ela: “por sua compreensão e estímulos constantes ao nosso trabalho, que também é seu” (Freire, 2014, p. 37).

⁵ Utiliza-se como referência Coimbra (2021), especialmente na proposta de transgressão à linguagem, ao utilizar freireana/freireano como poder de mudança de uma forma de escrita para uma dimensão concreta da politicidade.

Segundo Freire (1981), a ação de conscientização origina-se do conhecer e desvelar a realidade, propondo um processo de conscientização, “através de cujo esforço eles podem, em certo sentido, refazer o caminho natural pelo qual a consciência emerge capaz de perceber-se a si mesma” (Freire, 1981, p. 81). Outrossim, Freire (2011; 2014) propõe um caminho processual no qual os seres conscientes se depararão com situações limites em suas vidas, como barreiras a serem transpostas. Essas barreiras, quando percebidas criticamente em um ato de distanciamento e reflexão, tornam-se *problemas* – identificados como algo a ser superado, mobilizando a ação, que permite ao sujeito passar pelo *esperançar* e, assim, projetar e concretizar o *inédito-viável*, a transposição do sonho utópico em realidade transformada. O inédito-viável é a concretização do rompimento das fronteiras que limitavam o ser na vivência e construção do *ser mais* – um processo contínuo de ação-reflexão-ação.

Ao encontrar-se com os pressupostos freireanos, bell hooks (2017) fomenta a conscientização como um processo de descolonização do patriarcado capitalista supremacista branco, no qual a libertação parte de um processo de pensar criticamente sobre si, refletindo a própria identidade diante de uma conjuntura política. Para a autora, é preciso descolonizar a mente nesse processo de consciência crítica que emerge da percepção das ideologias dominantes, ou seja, “o pensamento e o comportamento sexista são as ameaças, os inimigos” (hooks, 2020, p. 31). Assim, a autora reforça a práxis libertadora proposta por Freire, ao enfatizar que a consciência crítica de si e das relações políticas de opressão leva ao ato “de tornar real na prática o que já se sabe na consciência” (hooks, 2017, p. 68).

A partir dos pressupostos freireanos e feministas, apresentamos uma contribuição para a reflexão sobre a experiência com o uso das cadernetas agroecológicas. Trata-se de uma experiência que articula extensão e pesquisa no âmbito da universidade, em diálogo com movimento social, corroborando a resistência de mulheres quilombolas e camponesas aos empreendimentos de mineração localizados na porção meridional da Cordilheira do Espinhaço, situada em Minas Gerais (MG) e Bahia (BA), Brasil.

Cadernetas agroecológicas e mulheres quilombolas: revelações sobre o valor do trabalho de agricultoras em conflitos minerários

As atividades com as cadernetas agroecológicas estão vinculadas ao Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro/UFVJM e à atuação do Movimento pela Soberania na Mineração. A experiência foi iniciada em 2021, a partir de um projeto de extensão universitária envolvendo estudantes de Agronomia e da Licenciatura em Educação do Campo/UFVJM, vinculados ao

Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Câmpus São João Evangelista. Destaca-se que, inicialmente, todos os estudantes envolvidos eram provenientes das mesmas regiões e comunidades camponesas de origem das mulheres, facilitando o início do projeto em tempos da pandemia de Covid-19. Essa equipe foi capacitada para compreender a caderneta enquanto instrumento de formação e de pesquisa, além da confecção de planilhas e de banco de dados.

O projeto de extensão fomentou a interface com a pesquisa, focando na sistematização e análise dos dados. Desde 2021, essa articulação entre projetos possibilita a continuidade e o aprofundamento no acompanhamento das mulheres e comunidades, além de viabilizar um banco de dados consistente. Esse processo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFVJM, sob processo de n.º 1912643, CAAE 56920122.3.0000.5108, e parecer de aprovação n.º 5.413.802.

Com inspiração nos resultados de experiências pelo uso da caderneta agroecológica em diversos estados brasileiros (Fida, 2020; Rody; Telles, 2021) e diante de transformações socioambientais e violações de direitos humanos (Santos; Milanez, 2018) provocados por empreendimentos minerários na região do Médio Espinhaço, em MG, foi viabilizada a experiência com as cadernetas agroecológicas junto às mulheres quilombolas. Essas mulheres viviam em conflito com esses empreendimentos, especificamente nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Serro, no Estado de MG. A experiência iniciou-se a partir de demanda do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que atua nessa região com a denúncia de irregularidades e violação de direitos.

Essa experiência tem como referencial a crítica freireana sobre a extensão (Freire, 1983) e se inspira nas experiências agroecológicas relacionadas à educação popular. Além disso, está em sintonia com a Resolução nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, com destaque para a definição expressa no Art. 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018a, p. 1).

Essa dialogicidade foi possível a partir da parceria com o MAM, que facilitou a mobilização e o acompanhamento das mulheres em suas comunidades. Esse contexto corrobora com Arroyo (2015) ao indicar sobre os movimentos sociais e a construção de outros currículos,

bem como com o Art. 5º da resolução supracitada, especificamente em seu Inciso I: “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade [ocorre] por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (Brasil, 2018a, p. 2).

Nesse contexto, Santos e Milanez (2018) destacam que a chegada do empreendimento Minas-Rio (empresa “Anglo American”) em Conceição do Mato Dentro/MG, Alvorada de Minas/MG e Dom Joaquim/MG – municípios que tinham como principais atividades o turismo e a agricultura familiar – provocou profundas mudanças na vida da população. Em específico, referem-se principalmente às comunidades rurais localizadas no entorno da mina de extração de minério de ferro e da barragem de rejeitos desse empreendimento, marcadas pela desterritorialização, violações de direitos, desestruturação dos laços comunitários e modos de vida, aumento dos índices de violência e insegurança – sobretudo contra as mulheres –, falta de água e piora das condições de vida. Os danos sobre os recursos hídricos e a perda de áreas de cultivo, atualmente terras de propriedade da mineradora, são alguns dos fatores que levaram à redução das atividades agrícolas praticadas nessas comunidades, com conseqüente redução da segurança alimentar e nutricional dessas populações. Essa realidade se aproxima da vivência do município do Serro/MG com a proposta do Projeto Serro (Herculano Mineração) e Projeto Céu Aberto (Onix Mineração), como aponta Costa (2017), constituindo outro conflito ligado à expansão da mineração no Médio Espinhaço, em MG.

Agregado a esse contexto de violências e perda de direitos, destaca-se a divisão sexual do trabalho, que estabelece o papel das mulheres na sociedade como responsáveis pelos afazeres domésticos e de cuidados, culminando na sobrecarga atribuída a elas, gerada pela piora das condições de vida nas comunidades afetadas pela mineração. Essa realidade é invisibilizada, seja pelas relações patriarcais que estruturam a sociedade, seja pelas diversas estratégias adotadas pelas mineradoras de silenciamento das comunidades e ocultamento dos danos provocados nos territórios. Apesar de poucos estudos no Brasil se debruçarem sobre a realidade das mulheres no contexto da mineração, a maioria deles aponta para um protagonismo delas nas ações de mobilização e organização social que buscam garantir direitos e a reparação dos danos provocados pelas mineradoras (Alves *et al.*, 2020; Coelho, 2019; Ibase, 2017; Freitas, 2016).

Diante desse contexto e do entendimento das cadernetas agroecológicas como instrumentos político-pedagógicos, a partir do que está explícito em CTA-ZM (2018, p. 8), “o uso das cadernetas como ferramenta de [...] formação, reflexão e ação na busca da autonomia das mulheres [...]”, o objetivo desse percurso de formação, extensão e pesquisa foi caracterizar

o trabalho e a agrosociobiodiversidade manejada por mulheres agricultoras, camponesas e quilombolas dos municípios supracitados. Portanto, neste texto, estão apresentados os resultados desse percurso no primeiro ano, entre 2021 e 2022.

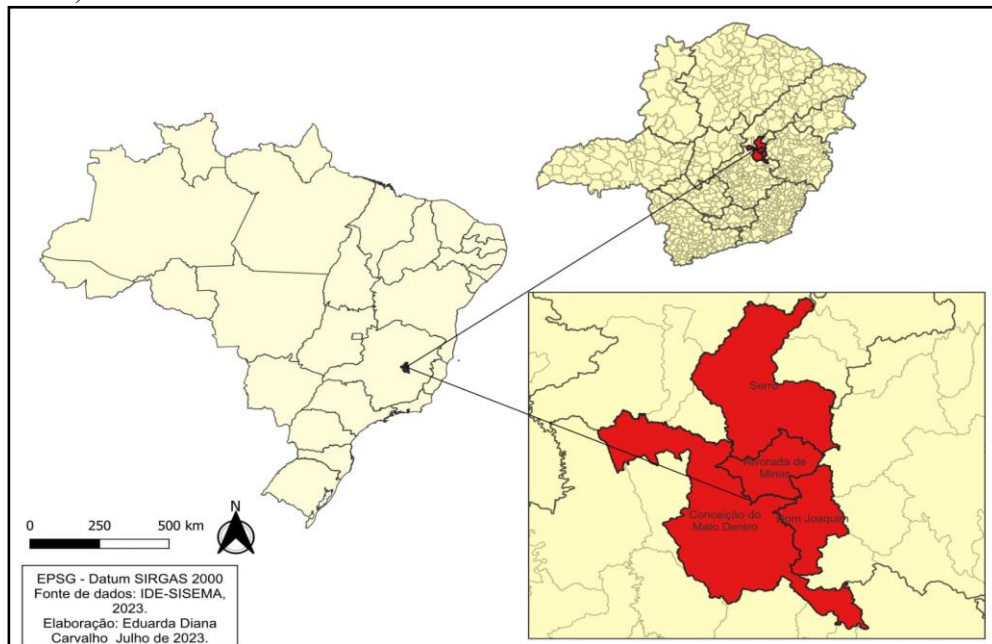
O percurso metodológico

Ao todo, 23 mulheres com idade igual ou superior a 18 anos participaram do processo inicial da pesquisa. Elas eram, no período da pesquisa, moradoras dos municípios de Serro/MG – Quilombo Queimadas, com as comunidades “Córrego da Gameleira”, “Queimadas/São José da Maravilha” e “Quilombo do Ausente”; Conceição do Mato Dentro/MG – comunidade “Passa Sete”; Dom Joaquim/MG – comunidade “Cachoeira”; Alvorada de Minas/MG – comunidade de “Ribeirão de Trás”. Na Figura 1, encontra-se a localização dos respectivos municípios, considerando o mapa de MG e do Brasil.

Para se envolverem com a pesquisa, as mulheres foram selecionadas a partir do critério de seleção por conveniência (não amostral), ou seja, participaram aquelas que se envolveram com o projeto de extensão e que aceitaram formalizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabelecido a partir da visita das pesquisadoras aos domicílios das mulheres, respeitando as normas de segurança necessárias e vigentes para o cenário pandêmico de Covid-19.

O percurso articulou o recrutamento e envolvimento das participantes com a distribuição das cadernetas, bem como a orientação sobre o seu preenchimento, incluindo um acordo sobre a data para iniciar as anotações e o envio dos dados, estabelecido pela fotografia das páginas anotadas e o envio delas via *WhatsApp* para a coordenação da pesquisa. Nessas visitas, foram recolhidas as assinaturas do TCLE. Os dados coletados foram transcritos em planilha *Excel* e/ou formulário *Google*, analisados e retornados às mulheres em encontros formativos em cada comunidade. Ocorreram, além disso, dois encontros com a presença de todas as mulheres, nos quais elas refletiram juntas sobre suas anotações na caderneta.

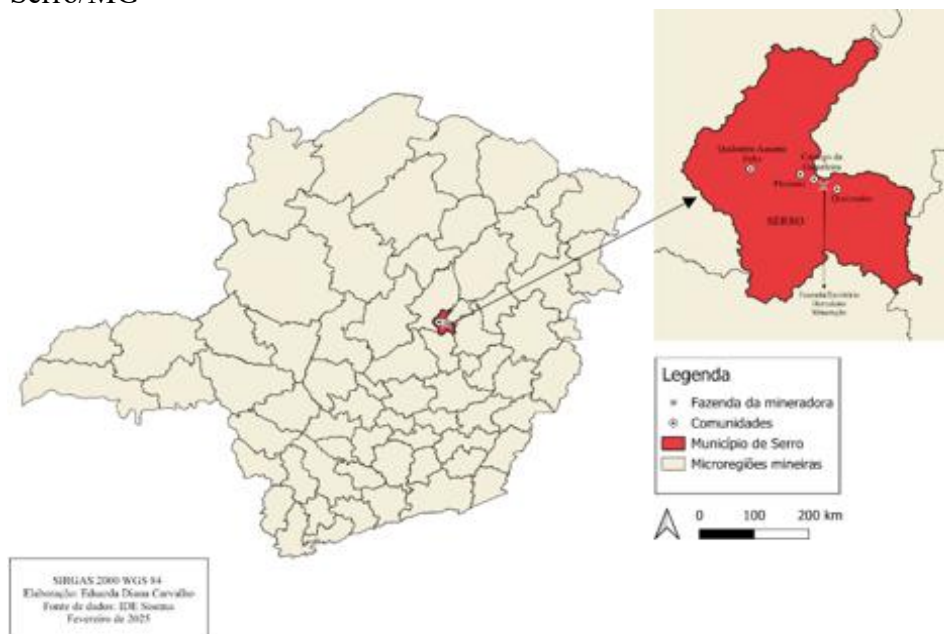
Figura 1 – Municípios participantes dos projetos de extensão e pesquisa sobre cadernetas agroecológicas nas regiões do Vale Jequitinhonha e Rio Doce, em MG



Fonte: elaboração própria, pelas bolsistas Eduarda Dias Carvalho e Ana Alice França da Silva (2023).

Na Figura 2, por sua vez, é possível observar a espacialização das três comunidades no município do Serro/MG. O destaque para essas comunidades se justifica em função da condição do conflito minerário em curso nesse município.

Figura 2 – Espacialização das comunidades em relação ao município de Serro/MG



Fonte: elaboração própria, pelas bolsistas Eduarda Dias Carvalho e Ana Alice França da Silva (2025).

Cada página da caderneta agroecológica é composta por quatro colunas nas quais os alimentos cultivados e/ou produzidos, bem como os serviços das mulheres, são anotados diariamente, divididos conforme o seu destino final: autoconsumo, doação, troca ou venda. Outrossim, é detalhada a quantidade e o valor monetário, a partir de valores que as próprias mulheres indicam para suas anotações. A Figura 3 apresenta a caderneta, impressa e encadernada no formato de calendário/agenda em tamanho A4, a partir de autorização concedida pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Figura 3 – Capa e página interna da caderneta agroecológica



Fonte: CTA-ZM (2018).

No Quadro 1, por sua vez, há a distribuição das mulheres envolvidas com as cadernetas, segundo suas comunidades e municípios.

Quadro 1 – Mulheres e suas respectivas comunidades

Comunidade	Município	Mulheres Participantes
Ribeirão de Trás	Alvorada de Minas/MG	2
Passa Sete	Conceição do Mato Dentro/MG	1
Cachoeira	Dom Joaquim/MG	5
Ausente	Serro/MG	7
Queimadas/Córrego da Gameleira	Serro/MG	5
Queimadas/São José das Maravilhas	Serro/MG	3
Total	-	23

Fonte: elaboração própria (2023).

Revelando fragmentos das comunidades

Os municípios supracitados no Quadro 1 estão localizados na porção meridional da Cordilheira do Espinhaço, entre as bacias dos rios Jequitinhonha, Doce e São Francisco, em

MG. Essa região é reconhecida por suas belezas naturais, com belas cachoeiras e paisagens, marcada pela transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica. A região possui diversas comunidades (quilombolas, rurais e tradicionais) em toda sua extensão territorial, com algumas semelhanças em sua origem, como pontua Galizoni (2000, p. 5):

As comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, são originadas quase sempre de grandes posses ou fazendas, que na região não apresentavam muitas diferenças entre si. Localizadas próximas aos cursos d'águas, são resultado do crescimento demográfico e da partilha incessante da terra entre gerações sucessivas.

Uma parcela considerável da população desses municípios vive na zona rural e exerce a agricultura familiar de subsistência, possuindo posse somente sobre a terra onde produz e mora. Considerando a realidade do Serro/MG, como exemplo, as terras foram herdadas de gerações passadas – locais em que a entidade familiar desenvolve a prática da agricultura de subsistência com a colaboração dos membros da família (Costa, 2017). Além disso, o território é relevante na relação dos sujeitos com seus modos de vida, costumes e tradições. Nessas comunidades, os saberes são transmitidos de geração em geração.

A diversidade do ambiente, os espaços naturais com suas características distintas demarcaram formas específicas de ocupação humana e produziram na sociedade rural do alto Jequitinhonha modos diferentes de uso e apropriação dos terrenos. Mais que ajustes ao meio, as formas de perceber e organizar espaço e ambiente configuraram variados sistemas de apropriação das terras (Galizoni, 2000, p. 41).

Todas essas comunidades se organizam em prol da garantia de seus direitos territoriais frente aos grandes projetos de mineração para a região, como, por exemplo determinadas comunidades localizadas em Serro/MG; especificamente, por meio do “Projeto Serro”, cuja área de influência direta do empreendimento minerário se sobrepõe ao território da comunidade quilombola de Queimadas (Leite, 2018). Nesse contexto, as demais comunidades do Serro/MG e a própria sede do município estariam, então, sob a área de influência indireta da atividade minerária. Recentemente, a Herculano Mineração assumiu os ativos minerários da “Anglo American” no Serro/MG, tramitando o licenciamento; frequentemente, tenta realizar audiências públicas que desrespeitam a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, que prevê o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa fé das comunidades quilombolas e tradicionais. Esses empreendimentos afetam diretamente os indivíduos e alteram o modo de vida, os costumes e as relações sociais, culturais

e ambientais presentes em seus territórios. Conforme Leite (2018, p. 6) afirma, “[a]o se impor um tipo de desenvolvimento econômico orientado para a satisfação das demandas do mercado internacional, desestrutura-se a ordem social e as formas de vida de comunidades tradicionais existentes no interior do Estado de Minas Gerais”.

Nesse processo, diversos conflitos aparecem, sobretudo pela incerteza sobre a nova dinâmica posta para as comunidades e, inevitavelmente, inicia-se o movimento de luta e defesa do território. Nesse cenário de expansão minerária, a terra/o território e seus modos de vida tornam-se o principal objeto de disputa, uma vez que as empresas manifestam seu interesse em adquirir essas áreas para explorar riquezas existentes no subsolo e, conseqüentemente, inicia-se a manipulação do mercado da terra na região (Costa, 2017).

Ressalta-se, desse modo, que a anotação nas cadernetas não consiste em uma tarefa simples, afinal, a maioria das mulheres das comunidades não domina a escrita, algumas são analfabetas e dependem do esforço de terceiros para concretizar as anotações, principalmente de jovens presentes nas famílias. Além disso, enfrentamos dificuldades na comunicação com as mulheres pela falta de acesso a aparelhos celulares, bem como sinal de internet ou uma rede de comunicação disponível nas comunidades. A seguir, descreveremos brevemente cada comunidade.

Quilombo Queimadas

A comunidade quilombola de Queimadas possui certificação da Fundação Cultural Palmares desde 2012 e se diferencia dos demais quilombos remanescentes da região pela complexa delimitação fronteira de seu território, com estrutura considerada *sui generis*. De acordo com a Prefeitura Municipal de Serro/MG ([20--?]), a comunidade quilombola de Queimadas está localizada na região entre a divisa dos municípios de Serro/MG e Santo Antônio do Itambé/MG, sendo pertencente ao Vale do Jequitinhonha. Nesse contexto, ela “subdivide[-se] em cinco regiões, sendo elas a Cabeceira de Mumbuca, Córrego Cavalcante, Arraial de São José das Maravilhas e Córrego do Criminoso, fazendo divisa com as comunidades de Itambé, Botafogo e Mumbuca” (Prefeitura Municipal de Serro/MG, [20--?], n.p.). Há, contudo, certa particularidade em sua história:

Embora quase todas as comunidades quilombolas do Serro tenham se formado pela exploração do garimpo, uma delas se deu por um processo de ocupação territorial diverso. A comunidade de Queimadas tem sua história ligada ao desenvolvimento das fazendas de cana-de-açúcar e café que se formaram naquela região (Costa, 2017, p. 24-25).

É válido, nesse momento, evidenciar que a mão de obra empregada nessas fazendas era de pessoas escravizadas. As formas específicas de concepção do ambiente e espaço não são somente modos de ajustamento ao meio, mas revelam, principalmente, como um determinado grupo social se apropriou do meio e organizou seu espaço (Galizoni, 2000).

Sendo assim, considera-se haver uma relação próxima entre os sujeitos de comunidades – sejam elas rurais, quilombolas, tradicionais *etc.* – e o meio que os circunda. Um exemplo dessa consolidação territorial, em relação às atividades agrícolas e os cursos d'água, é que, assim como no restante da região do Alto Jequitinhonha, no Serro/MG, as comunidades se estabelecem próximas a córregos e rios, sempre que possível, de forma a contribuir para a agricultura. Além disso, a comunidade atravessa um processo de construção de uma identidade e de uma territorialidade baseada na intrínseca relação com o meio, com práticas cotidianas que dialogam com seus costumes, saberes e culturas. Para isso, garantir o espaço físico é importante para permitir que as subjetividades do grupo se manifestem e estejam resguardadas nos termos da legislação (Costa, 2017).

No caso de Queimadas esse processo de territorialidade veio sendo construído ao longo do tempo. Os moradores foram estabelecendo um trabalho coletivo de mutirão e iam estabelecendo laços de amizade e compadrio, num sistema de ajuda mútua em que os mutirões eram feitos em época de plantio, ou seja, vários moradores se uniam para preparar e plantar o terreno um dos outros. Isso ajudou a construir a territorialidade da comunidade ao longo de todo espaço, uma territorialidade baseada em laços de afinidade (Costa, 2017, p. 51).

No entanto, toda essa situação enfrenta riscos, uma vez que um grande projeto minerário submetido à lógica de mercado intenta sua instalação nessa região. Anteriormente ao início desse processo, a empresa recorre a diversos mecanismos que intencionam fragmentar a comunidade. Um desses mecanismos, por exemplo, consiste em atacar a identidade e a ideia de coletivo desses povos, por meio da disseminação da insegurança sobre a permanência na terra. Há, portanto, uma questão que permeia a centralidade desse assunto: a dinâmica da comunidade de Queimadas em relação à defesa de seu território se estabelece conforme os conflitos aparecem (Costa, 2017). Dessa forma, a partir das primeiras manifestações de interesse minerário, a comunidade inicia uma discussão sobre a pauta.

Inicialmente, assustada e tendendo a aceitar as promessas empresariais, parte da comunidade foi, ao longo dos anos, se fortalecendo e se organizando em prol da garantia de seus direitos mínimos. No entanto, parte da população serrana, ao aceitar e concordar com a instalação de um grande projeto minerário, pensando na lógica capitalista de mercado, de geração de emprego e renda, bem como de acumulação de bens e riquezas, menospreza e invisibiliza os modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais existentes nesses territórios.

Outro fator também indicativo deste impacto é assimetria entre as relações estabelecidas dos atores sociais envolvidos, pois os moradores de Queimadas e os moradores do Serro disputam em desigualdade a luta pelos interesses tendo em vista os recursos disponíveis para compreenderem o processo, bem como o acesso à informação e às políticas públicas (Costa, 2017, p. 91).

Nesse contexto, iniciou-se o uso das cadernetas na comunidade, repercutindo na relação das pesquisadoras com as mulheres e nos dados coletados. Entre todas as localidades que abrangem o quilombo Queimadas, houve a participação de mulheres oriundas da comunidade de São José das Maravilhas e do Córrego da Gameleira, como indicado no Quadro 1.

Na comunidade de São José das Maravilhas, as relações de conflito evidenciam-se no número de mulheres que aceitaram participar: três. No início, a comunidade encontrava-se assolada pelo medo e insegurança, afinal, muitas pessoas desconhecidas apareciam em seus arredores. Devido às dificuldades enfrentadas, sobretudo por razões financeiras, para estar mais frequente na comunidade, a relação não foi firmada e as anotações nas cadernetas foram, gradativamente, diminuindo.

Para a comunidade Córrego da Gameleira, a possível instalação do empreendimento provocou uma série de alterações no cotidiano das mulheres quilombolas e agricultoras, conhecidas localmente pelas vendas porta a porta na área urbana do Serro/MG. Elas relataram o sentimento de insegurança, tensão e de certa incompreensão perante os acontecimentos. No entanto, com essas e outras atribulações (inclusive falta d'água), as agricultoras permanecem no movimento de resistência e garantem, ainda que minimamente, a saúde de suas famílias por meio dos alimentos cultivados em seus quintais.

Quilombo Ausente

A comunidade quilombola de Ausente possui certificado da Fundação Cultural Palmares e está situada próxima ao Distrito de Milho Verde, no Serro/MG, possuindo

aproximadamente 100 famílias residentes. As sete participantes da pesquisa se organizaram no Coletivo Agroecológico e/ou na Associação Comunitária Ausente Feliz. Por disporem dessa estrutura organizativa, elas possuem acesso a algumas políticas públicas voltadas para a agricultura, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de acessarem a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG). Assim, parte de suas produções é escoada para esses programas, embora outra parte seja voltada para a venda em espaços coletivos, como nas feiras locais/regionais. Além disso, as mulheres se beneficiam de diversos alimentos vendendo-os, como quitandas, quentinhas *etc.* Desse modo, é possível verificar na Tabela 1 não apenas o reflexo desse modo organizativo de produzir alimentos, como também das frequentes anotações na caderneta agroecológica, gerando um banco de dados mais robusto.

Comunidades quilombolas Cachoeira e Ribeirão de Trás

A comunidade quilombola de Cachoeira é certificada pela Fundação Cultural Palmares e está situada entre os limites de Dom Joaquim/MG e Alvorada de Minas/MG. Ao todo, houve cinco mulheres participantes que se organizam na Associação Comunitária de Cachoeira, Xambá e Ribeirão (Ascaxar). Como elas dispunham de uma organização coletiva, podiam acessar a Emater-MG, além de diversas outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para a produção de alimentos. Durante o período de pandemia de Covid-19, as vendas de porta em porta foram maiores na própria comunidade.

No que concerne à comunidade quilombola de Ribeirão de Trás, houve a participação de duas mulheres pertencentes a Alvorada de Minas/MG. A comunidade também é certificada pela Fundação Cultural Palmares e ambas as mulheres integram a Ascaxar. Por estarem organizadas coletivamente com as mulheres de Dom Joaquim/MG, as duas moradoras de Ribeirão de Trás também podiam acessar a Emater-MG e outras políticas governamentais.

Comunidade de Passa Sete

A comunidade de Passa Sete está situada no município de Conceição do Mato Dentro/MG, localizada nas proximidades das instalações da “Anglo American”. Desde 2014, a empresa opera a extração de minério de ferro na região, no Projeto Minas-Rio; é nesse contexto que uma das participantes vive e resiste às diversas violências e tentativas de sua

desterritorialização. Sua residência está situada a aproximadamente 1.000 metros a jusante da barragem de rejeitos e, desde 2014, a comunidade sofre com a falta d'água. Nesse horizonte, a agricultora relata o assoreamento e a morte do rio e dos peixes, bem como das nascentes que secaram e da perda do lazer.

Nesse sentido, de modo geral, o trabalho com as cadernetas buscou apoiar a resistência e a luta das mulheres por processos indenizatórios mais justos, que valorizem a história e o trabalho das mulheres.

Revelando resultados

A Tabela 1 apresenta em valores monetários o resultado das anotações feitas pelas mulheres, no período de 2021 a 2022, discriminadas por relação econômica e destino final por comunidade. Os valores revelam o fruto do trabalho conjunto dessas mulheres e como eles estão relacionados às atividades familiares de autoconsumo, venda, troca e doação.

Tabela 1 – Valor total das anotações das mulheres por comunidade durante um ano, de junho/2021 a junho/2022

Comunidades	Consumo	Doação	Troca	Venda	Total
Ausente	R\$ 11.463,25	R\$ 3.442,32	R\$ 11,00	R\$ 20.941,46	R\$ 35.858,03
Queimadas	R\$ 1.061,60	R\$ 460,00	R\$ 15,00	R\$ 1.621,04	R\$ 3.157,64
Gameleira	R\$ 2.351,60	R\$ 1.656,50	R\$ 435,00	R\$ 3.716,00	R\$ 8.159,10
Passa Sete	R\$ 4.246,92	R\$ 3.032,45	R\$ 0,00	R\$ 1.411,00	R\$ 8.690,37
Cachoeira	R\$ 12.748,35	R\$ 2.272,80	R\$ 244,00	R\$ 10.152,10	R\$ 25.417,25
Ribeirão de Trás	R\$ 3.262,00	R\$ 89,00	R\$ 25,00	R\$ 408,00	R\$ 3.784,00
Total	R\$ 35.133,72	R\$ 10.953,07	R\$ 730,00	R\$ 38.249,60	R\$ 85.066,39

Fonte: elaboração própria (2023).

Notamos que, de modo geral, quando postas na moeda “real” (R\$), os valores totais das relações de consumo e venda não destoam intensamente entre si. Apesar da “[v]enda” apontar um maior número (R\$ 38.249,60), percebemos, em diálogo junto às participantes, que os dados de consumo são subnotificados, como relatado por uma delas:

Não consegui anotar bem o consumo de casa porque tudo que eu produzo, eu consumo. A gente não tem paciência de ficar anotando tudo que pega.

Isso reforça a dificuldade das mulheres, já relatada acima, em anotar rigorosamente os itens produzidos. Essa situação corrobora com os resultados refletidos em Fida (2020, p. 41):

As relações de consumo, doação e troca são consideradas como não monetárias, porque não envolvem nenhuma transação financeira e, por este motivo, são invisibilizadas nas análises econômicas ortodoxas. Desse modo, a riqueza não monetária produzida pelas mulheres, a partir de uma enorme quantidade de trabalho realizado, é simplesmente desconsiderada na economia. Apenas o valor relacionado à venda da produção tem maior visibilidade.

Em reflexão conjunta com as mulheres a respeito dos resultados de suas anotações, percebeu-se que a maioria das participantes entendeu que aquilo que produzem e consomem é justamente o que não compram nos grandes mercados, revelando uma economia doméstica gestada por seu trabalho. Ainda, de acordo com a reflexão das mulheres, nos mercados, esses itens costumam ser vendidos a um preço mais alto e com qualidade inferior aos produzidos em seus quintais.

De modo geral, as relações de doação e troca são feitas em menor número, uma vez que só são trocados itens que determinada mulher ainda não possui e doados os itens que outra família necessita, como explica uma agricultora:

Às vezes, minha couve não prestou, mas a alface ficou boa, então eu vou trocar com alguém que está com a couve bonita, mas a alface não.

Além disso, são feitas doações daquilo que excede em sua produção ou que não lhe fará falta. Nesse contexto, na comunidade Passa Sete, em Conceição do Mato Dentro/MG, uma agricultora apresentou uma contagem alta ao tratar das doações feitas durante o período, afirmando que sua família é pequena e, muitas vezes, doam em apenas um dia o quantitativo maior que o que foi consumido. Segundo ela,

não vamos jogar fora o que tá sobrando, nem tudo é dinheiro.

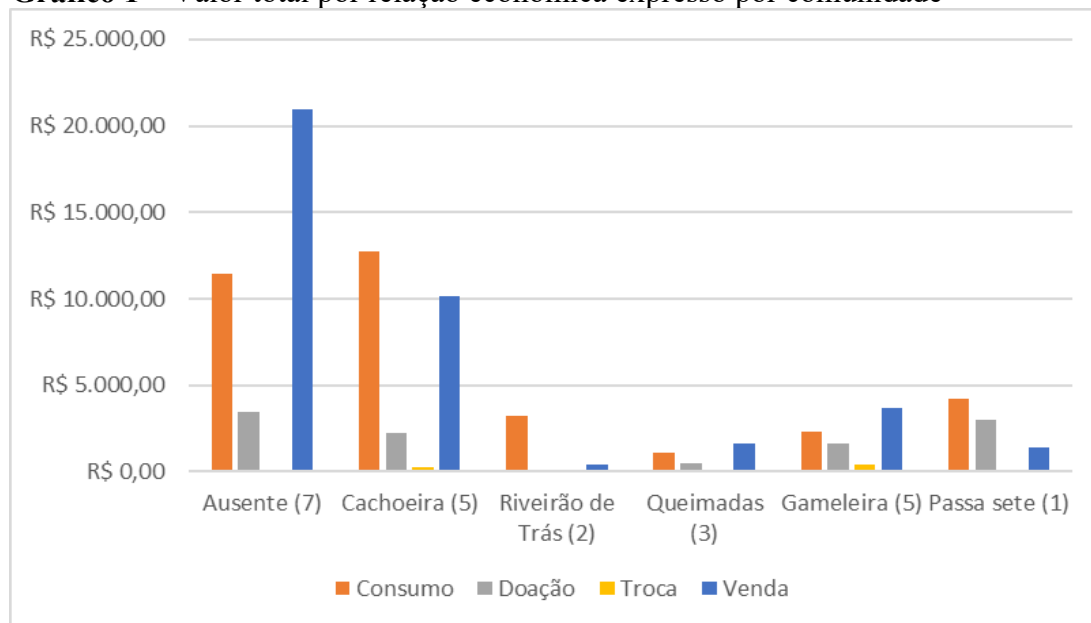
Dessa forma, produzir alimentos em diversidade, qualidade e quantidade, bem como consumi-los, além de constituir um ato político, é também exemplo da prática da autonomia da mulher, refletindo seu papel enquanto promotora da segurança alimentar e nutricional e da saúde de toda a família. Outra constatação de destaque, fruto das reflexões e relato das mulheres, foi a de que os produtos comercializados são os excedentes da produção destinada ao consumo da família.

Ademais, as agriculturas relataram que épocas em que há uma redução considerável na produção de alimentos são justificadas por estarem sujeitas às intempéries (calor ou chuvas

intensas, perda de umidade no solo, entre outros) ou pelo próprio período de plantio e colheita. Outra participante, por sua vez, explicou que a diferença percebida em suas anotações e nos próprios valores durante os primeiros meses do ano se dá pelo fato de não haver muitos produtos para colheita, uma vez que foram recém semeados; somente no mês de maio e nos meses subsequentes é que esses itens começam a ser colhidos e, conseqüentemente, registrados nas cadernetas. Essa situação pode revelar a falta de acesso a ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Os dados revelam, além disso, uma diferença entre as mulheres que acessam e as que não acessam os programas e serviços governamentais (em diferentes escalas), como a Ater, o Pronaf, o Pnae, o PAA, entre outros, inclusive para aquelas que não estão organizadas em associações, cooperativas, coletivos ou em grupos produtivos. No Gráfico 1, verificam-se essas diferenças nos valores por relação econômica e por comunidade, em que valores mais expressivos se destacam para as comunidades de Ausente, Cachoeira e Ribeirão de Trás – as quais possuem melhor auto-organização e acessam os serviços de Ater. Nessas comunidades, por exemplo, os itens vendidos costumam ser alinhados previamente entre o governo local e as agricultoras, de forma que elas se organizem quanto ao plantio e à colheita dos alimentos.

Gráfico 1 – Valor total por relação econômica expresso por comunidade



Fonte: elaboração própria (2023).

O resultado da visibilidade do trabalho das mulheres na rotina familiar, proporcionado pela caderneta agroecológica, gera impacto em sua formação – incluindo a tomada de

consciência sobre suas realidades, com reflexos na autoestima delas. Isso está evidente na fala de uma participante:

Antes, a gente não sabia o que era o pingar do nosso suor, o valor da gota de suor. A gente trabalhava no escuro.

Revelando diversidade

De modo geral, a diversidade dos itens se refere apenas àquilo que foi anotado pelas mulheres – há diversos elementos que conduzem a uma subnotificação dos dados. Além disso, muitos alimentos que pertencem à sociobiodiversidade brasileira ou mesmo às Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc) não são comumente registrados, seja por estarem localizados em áreas de mata, seja por não possuírem valor comercial. Os itens de uso medicinal, por sua vez, embora apareçam com menos frequência nas anotações, são constantemente consumidos no dia a dia.

Para caracterizar os itens anotados em relação a pertencer ou não à sociobiodiversidade, foram utilizadas como referência a Portaria Interministerial Nº 284, de 30 de maio de 2018 (Brasil, 2018b), e o livro *Alimentos regionais brasileiros* (Brasil, 2015). Portanto, entre as 289 variedades presentes nas anotações, identificaram-se 30 como pertencentes à sociobiodiversidade, entre elas: chuchu, couve, mandioca, jiló, mostarda, quiabo, salsa, salsinha, abóbora, abóbora-menina, milho, espinafre, goiaba, oroponóbolis, agrião, bucha vegetal, chicória, urucum, amora, jaboticaba, maracujá, pimentão, rúcula, samambaia, serralha, taioba, vagem, jurubeba, pepino e gondó.

Por fim, a análise trouxe uma tipologia dos itens anotados. Destacam-se, como itens com número de anotações superiores a 1.000, as frutas (1.022) e as hortaliças e verduras (1.749), seguidas pelos itens com número de anotações entre 300 e 400: raízes e tubérculos (406), ervas, condimentos e temperos (329), carne e ovos (325) e itens de origem mista (302), que incluem produtos como tempero, alho e sal, doces e quitandas, entre outros. Observa-se a predominância das formas de consumo *in natura* e minimamente processados.

Considerações finais

De modo geral, Sulzbacher *et al.* (2025) refletem sobre esses dados das cadernetas a partir de uma análise dos conflitos territoriais e da disputa pelo direito de ser mais que (r)existir.

Em toda a trajetória dos projetos de extensão e pesquisa com as cadernetas, percebeu-se que a exaustiva tarefa de defender os territórios frente aos grandes empreendimentos e projetos de desenvolvimento tem, sobretudo, um protagonismo feminino.

Nessa conjuntura, são as mulheres rurais e quilombolas que, além dessa tarefa, se desdobram em inúmeras outras atividades cotidianas no âmbito do trabalho reprodutivo e de cuidados, incluindo o manejo dos quintais produtivos, de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias; a comercialização em feiras locais; e, a partir do acesso a programas governamentais, contribuem diretamente para a renda familiar e para o fortalecimento da economia solidária na comunidade. No entanto, parte do desempenho das mulheres nessas atividades não é considerada trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários (Rody; Telles, 2021; Brumer; Anjos, 2008).

Além disso, conclui-se que o acesso a políticas de fomento à produção e comercialização de alimentos, a participação em estruturas organizativas, as condições de alfabetização e a idade das mulheres participantes, bem como a periodicidade nas anotações na caderneta agroecológica, têm influência nos resultados alcançados.

Por fim, esse trabalho de produção de alimentos e de garantia diária de comida saudável, ainda que invisibilizado e desvalorizado, representa somente uma parte da jornada de trabalho dessas mulheres. Há, dessa forma, outro papel que lhe é fundamental nessa conjuntura: a defesa do território frente aos projetos de mineração, conforme apresentado ao longo do texto. Assim, entende-se que onde há mineração, há mulheres em luta.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig);

Ao MAM;

Às mulheres quilombolas que realizaram as anotações nas cadernetas;

Às estudantes de Agronomia, do IFMG – Câmpus São João Evangelista;

Às estudantes de Licenciatura em Educação do Campo, da UFVJM;

Ao IFMG – Câmpus São João Evangelista;

À bolsista do projeto de extensão e pesquisadora, Ana Alice França da Silva Gomes, do Curso de Geografia, vinculado à UFVJM.

Referências

ALVES, M. S. *et al.* (org.). **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ARROYO, M. G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 47-68, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39832>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentos regionais brasileiros**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2018/rces007_18.pdf. Acesso em 12 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial nº 284, de 30 de maio de 2018**. Institui a lista de espécies da sociobiodiversidade, para fins de comercialização in natura ou de seus produtos derivados, no âmbito das operações realizadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29306868/do1-2018-07-10-portaria-interministerial-n-284-de-30-de-maio-de-2018-29306860. Acesso em 12 mar. 2026.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008. DOI 10.47946/rnera.v0i12.1396. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CTA-ZM. CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Caderneta agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Viçosa: CTA-ZM, 2018.

COELHO, P. S. **Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COIMBRA, C. L. A (in)completude da práxis no pensamento freireano. *In*: PAIXÃO, A. H.; MAZZA, D.; SPIGOLON, N. I. (org.). **Centelhas de transformações: Paulo Freire & Raymond Williams**. São José do Rio Preto: HN, 2021. p. 129-157.

COSTA, T. G. M. **A comunidade de Queimadas frente à expansão minerária no Alto Jequitinhonha: a defesa de um território**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FIDA. FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia:** resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: FIDA, 2020.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro. Paz & Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREITAS, A. L. Q. **Gênero, território e mineração:** um estudo sobre o protagonismo feminino em conflitos socioambientais no Morro D'água Quente, Catas Altas/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GALIZONI, F. M. **A terra construída:** família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOMES, A. A. F. S.; LOVO, I. C.; MURTA, N. M. G. Cadernetas agroecológicas & mulheres quilombolas: revelações sobre o valor monetário do trabalho de agricultoras em conflito com a mineração. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 10., 2023, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2023. p. 1-14.

GOMES, A. A. F. S.; LOVO, I. C.; STOCCO, A. F. Cadernetas agroecológicas: uma ferramenta de resistência frente a ameaça minerária em territórios quilombolas. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 11., 2025, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UFBA; UESB, 2025. n.p.

HILLENKAMP, I. Rumo a um quadro de análise econômica do papel das mulheres na transição ecológica e social: uma releitura feminista de Karl Planyi. *In: RODY, T.; TELLES, L. (org.). Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas.* Viçosa: Asa Pequena, 2021. p. 48-73.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 24. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Mulheres e Mineração no Brasil.** [S. l.]: [s. n.], 2017.

LEITE, M. M. G. Territórios quilombolas e mineração: reflexões críticas sobre o direito à consulta e ao consentimento prévio das comunidades quilombolas nos processos de licenciamento ambiental. **Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2106-2142, 2018. DOI 10.12957/rdc.2018.30093. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/30093>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OROZCO, A. P. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. *In*: FARIA, N.; MORENO, R. (org.) **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF. 2012. p. 51-93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO/MG. Comunidades quilombolas. **Prefeitura Municipal de Serro/MG**, [20--?]. Disponível em: <https://www.serro.mg.gov.br/portal/turismo/0/9/753/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 25 mar. 2026.

RODY, T.; TELLES, L. (org.). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa: Asa Pequena, 2021.

SANTOS, A. F. M.; MILANEZ, B. (coord.). **Estudo preliminar: transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SPIGOLON, N. I. **Elza**: Elza Freire & Paulo Freire: por uma pedagogia da convivência. Campinas: Pangeia, 2022.

SPIGOLON, N. I. **Pedagogia da convivência**: Elza Freire – uma vida que faz educação. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/9b030e66-c6cd-4450-973f-f47a550195f0>. Acesso em: 16 mar. 2026.

SULZBACHER, A. W. *et al.* Quem paga a conta do progresso? Capitalismo, expropriações e mineração nos territórios do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). *In*: GAZZINELLI, J.; MOTA, S.; SARMET, G. (org.). **Mineração, água e território: conflitos sociais e injustiças ambientais**. Belo Horizonte: Fino Traço. 2025. p. 209-234.